

**32º Encontro Anual da Anpocs
GT 18: Elites e instituições políticas**

**“O Diretório Político”:
Composição Sociopolítica no Período do poder executivo no período 1930-2002**

André Barsch Ziegmann (UFPR)

2008

“O Diretório Político”: Composição Sociopolítica no Período do poder executivo no período 1930-2002

André Barsch Ziegmann

Grupos de Trabalho: Elites e Instituições Políticas

No presente trabalho, temos por objetivo verificar se há um continuum no perfil do pessoal de alta cúpula ou se há certa estabilidade na trajetória política e social dos líderes que ocuparam cargos no gabinete civil. Além desse objetivo, possuímos uma hipótese explicativa para o fenômeno. Nossa tese é que o processo de racionalização, pelo qual passaram todas as sociedades ocidentais, refletiu no processo de especialização profissional dos indivíduos que estavam alocados nos altos cargos. Queremos verificar em que medida tal fenômeno contribuiu para o surgimento de uma elite mais especializada, com perfil mais técnico, sem passagem por cargos propriamente políticos (eletivos ou não).

A passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial tornaram mais complexas as funções de regulação e controle do Estado. Surgiram novas necessidades, e as transformações sociais, caracterizadas na incorporação de novos atores à política (classe média urbana e operariado urbano), levaram ao gabinete civil problemas que exigiam soluções cada vez mais especializadas. Pediam, enfim, uma atuação mais técnica e pretensamente menos politizada.

O próprio aumento do número de ministérios nos evidencia o avanço do processo de burocratização. Os novos órgãos refletem a necessidade de segmentar a atuação do Estado no sentido de uma eficiência técnica. Evidencia a busca por uma intervenção cada vez mais especializada, no intuito de resolver problemas ou regular fenômenos cada vez mais específicos. Contudo, em nossos dados não trataremos dos novos ministérios que surgiram nos últimos 70 anos. Vamos focar nossa análise no perfil da elite, pois cremos que as modificações no recrutamento dos dirigentes dão conta de explicitar, mesmo que de maneira singela, o fenômeno que procuramos explicar.

Na tentativa de comprovarmos nossa tese, vamos analisar alguns dados sobre a casta dirigente brasileira de 1930 à 2002. Para tanto, compilamos em nosso universo todos os membros do que chamamos gabinete civil, que são todas as pastas ministeriais civis, excluindo-se as militares¹, mais o vice e o presidente da república. Entretanto, reunimos em nossa pesquisa aqueles que fizeram parte de governos com ao menos um ano de duração. Por esse motivo excluímos as juntas militares, e os governos Carlos Luz e Nereu Ramos, pois esses constituíram governos de transição de curto período. Portanto, nossa intenção, é conhecer quais as características dos homens e mulheres que tomaram as decisões, que, de uma maneira ou de outra, limitaram as perspectivas do cidadão comum brasileiro.

Para chegarmos à *carne e ao osso* da elite dirigente brasileira, para compreendermos como o processo estrutural de burocratização também se reflete na esfera individual, vamos conjugar algumas variáveis para o entendimento do fenômeno que pretendemos explicar. Tais variáveis se referem basicamente à escolaridade do gabinete. À instituição onde os membros da elite concluíram a graduação. A área do curso superior dos dirigentes. À trajetória profissional dos homens de estado. E a sua carreira política.

Algumas intenções estão por trás da análise dessas variáveis. Quando nos referimos a escolaridade temos o objetivo de verificar se há uma evolução na escolaridade dos líderes do período em tela. Essa evolução poderá ser explicitada seja no aumento de dirigentes com formação superior, seja no aumento dos membros da elite com cursos de pós-graduação. Tais cursos podem indicar o surgimento de uma classe dirigente cada vez mais especializada, pois em geral, evidenciam o aprofundamento de um indivíduo em uma determinada área do conhecimento.

Para além da formação dos políticos em questão, nesse trabalho pretendemos visualizar a existência de centros de formação da elite brasileira. Para tanto, teremos como referência as instituições onde se graduaram os dirigentes. Nossa intenção é justamente analisar a existência de instituições que moldam os indivíduos para que ele se torne um dirigente. Pretendemos, portanto, verificar se essas escolas são responsáveis em grande medida pela incorporação de um certo *habitus* de elite, constringendo o indivíduo para que ele venha a se comportar como tal, como dirigente². Somamos a esse objetivo, a intenção de entendermos se a ascensão de alguma universidade no quadro

¹ Não incluímos os ministros de pastas militares por entendermos que eles deveriam ser incluídos em uma pesquisa sobre elites militares.

² Evidentemente há outras instituições e processos de socialização responsáveis por tal moldura. Escolhemos um que se encaixa melhor em nossas pretensões

analisado possa nos indicar o surgimento de uma liderança mais técnica, ou seja, uma instituição que seja notória na formação de quadros com esse perfil.

Ainda com relação aos quadros especializados, objetivamos verificar a evolução da área de formação do pessoal de alta cúpula. A intenção aqui é simples, entender se a recorrência de determinadas profissões no seio da casta dirigente é um reflexo da ascensão de uma tecnocracia. Nossa intenção primordial é entender se o aumento de líderes com formações profissionais específicas nos evidenciam a ascensão de uma elite com um perfil mais especializado, com características mais técnicas do que políticas.

Contudo, para captarmos melhor a ascensão de uma elite com características essa trajetória, vamos fazer uma descrição da atuação profissional dos membros do gabinete civil. Objetivamos entender não só quais profissões são as mais recorrentes entre os dirigentes, ainda na busca dos processos que moldam o indivíduo para que ele venha atuar como membro da elite, mas compreender se o aumento no número de determinadas ocupações reflete a ascensão de uma elite técnica, evidenciando assim a necessidade de uma intervenção mais especializada do Estado.

Finalmente vamos delinear a carreira dos membros do Gabinete Civil. A intenção básica com esses dados é reunir informações que possam mostrar o crescimento de uma elite sem experiência política prévia, ou apenas em cargos de confiança, órgãos e autarquias governamentais, sem uma passagem mais contundente por cargos eletivos ou pela chefia de secretarias estaduais e municipais.

Feitos os esclarecimentos sobre os dados que utilizaremos em nossa análise, e as intenções por trás de cada um deles, cabe fazermos uma referência metodológica em nosso trabalho. Como ficou claro acima, utilizaremos o método posicional, lançado no clássico *A Elite do Poder* de C. Wright Mills (Mills, 1968³). Para esse autor a elite política ocupa as altas hierarquias institucionais e impessoais da sociedade moderna, e uma delas é o Estado. Nossa pesquisa se dirige, portanto, aos membros da elite que ocuparam os altos cargos do Estado nacional, que tomaram as decisões em nome dos brasileiros, influenciando assim a conduta de todos os cidadãos. No tocante ao tomar decisões, não rejeitamos o método decisional de Robert Dahl, desenvolvido em *Who Governs* (Dahl, 1961). Em nossa visão, numa sociedade complexa e de massas, como a brasileira, aqueles que tomam as decisões estão alocados nas altas hierarquias políticas, não sendo, portanto, os dois métodos excludentes.

³ Primeira edição de 1956

Com relação à tese da ascensão de indivíduos com perfil mais técnico à elite dirigente, nos influenciou muito o trabalho *Traditional Politics and Regime Change in Brazil* de Francês Hagopian (Hogopian, 1996). Seu gráfico mostrando o aumento significativo de técnicos no secretariado mineiro nos chamou a atenção para a possível reprodução de tal fenômeno em escala nacional. Com a leitura desse trabalho, deixamos de ter apenas objetivos para ter uma hipótese na presente pesquisa. Somos tributários também do livro *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial* de José Murilo de Carvalho (Carvalho, 1980). Esse trabalho foi de suma importância para selecionarmos as variáveis descritas acima, e para compreendermos o que cada uma dela pode explicar.

Feitos os devidos esclarecimentos vamos a análise dos dados e conseqüentemente ao teste da hipótese.

Escolaridade

Na tabela de número 1 pretendemos descrever a escolaridade dos membros do gabinete civil. Dividimos a tabela em 7 níveis de escolaridade para compreendermos não só a evolução da especialização dos dirigentes, mas também a reprodução ou não do quadro geral de escolaridade no Brasil.

Tabela 1- Escolaridade dos Membros do Gabinete Civil (193-2002)

	30/45	45/64	64/85	85/02	
Fundamental	1 (3,4%)	1 (0,8%)	-	-	2 (0,5%)
Médio	-	1 (0,8)	2 (2,3%)	2 (1,3%)	5 (1,3%)
Superior Incompleto	-	1 (0,8%)	-	x	1 (0,2%)
Superior	27 (93,2%)	117 (89,2%)	68 (78,2%)	94 (62,7%)	306 (77,2%)
Especialista	-	8 (6,1%)	10 (11,5%)	19 (12,7%)	37 (9,3%)
Mestre	-	x	3 (3,4%)	9 (6%)	12 (3%)
Doutor	1 (3,4%)	3 (2,3%)	4 (4,6%)	25 (16,7%)	33 (8,3%)
Sem Informação	-	x	x	1 (0,7%)	1(0,2%)
Total	29	131	87	150	397

Fonte: Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB)

Como nos indicam os dados, os dirigentes do gabinete civil se constituíram numa verdadeira *ilha de letrados*. Quase 100% dos políticos possuem curso superior. A porcentagem de líderes que não tinham esse nível educacional manteve-se estável ao longo do tempo. A tabela abaixo nos mostra a completa distância entre o quadro escolar

brasileiro e a escolaridade dos ministros. Segundo dados do Pnud⁴, a taxa de analfabetismo no Brasil em 2005 era de 10%. Esses dados mostram que o curso superior é uma ferramenta indispensável para ascender à condição de dirigente.

Analisando mais detidamente o quadro acima, podemos verificar a franca expansão de dirigentes com pós-graduação. Os dados revelam que o total de líderes com pós-graduação praticamente triplicou no período estudado. Na era Vargas apenas 1, ou 3,4% do universo, possuía tal nível de escolaridade. No período seguinte surgiram os primeiros especialistas, com 6,1% e os doutores continuaram no universo, com 2,3%. Na ditadura militar, apareceram os primeiros mestres, e o número de doutores e especialistas praticamente dobrou, pulando para 4,6% e 111,5%. Na Nova República o número de especialista se manteve estável, entretanto o número de mestres duplicou, com 6% do grupo e no número de doutores quadruplicou, com 16,7% do total de dirigentes.

É inegável, portanto, o aumento de especialistas no universo estudado. Os dados vão de encontro a nossa tese. As transformações estruturais pela qual passou a sociedade brasileira nos últimos 70 impulsionaram o Estado no sentido da racionalização. Os problemas e demandas originados na incorporação de novos atores a política brasileira, exigiram uma especialização das funções estatais, e assim, a busca de quadros técnicos que pudessem operacionalizar uma intervenção especializada.

Outro fator primordial é natureza do regime de 64. Como já foi amplamente discutido pelos teóricos do autoritarismo (O'Donnell e outros) os regimes militares tentaram “acabar” com a política, substituindo a mesma pela burocracia. Retiraram-se os políticos e alocaram-se nas altas hierarquias os técnicos. Homens vindos de universidades, de empresas e do próprio funcionalismo público. Tanto o é, que O'Donnell classificou os regimes militares sul-americanos de Estados Burocráticos Autoritários.

A ascensão de doutores, especialmente na Nova República, também é reflexo da política de formação de quadros do Regime Militar. Tal política abriu novos cursos de pós-graduação no Brasil, especialmente mestrado e doutorado, e os bons alunos foram incentivados a irem ao exterior desenvolverem trabalhos de pós-graduação. É inegável que por trás dessa política estava a necessidade de formar quadros capazes de assumir as novas tarefas que a burocracia estatal vinha exigindo, mas também o objetivo de formar

⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: www.pnud.org

indivíduos capazes de substituir os políticos de carreira nas altas hierarquia institucionais.

As escolas de formação

Como afirmamos acima, temos duas intenções ao analisar esses dados: verificar a existência de centros de formação das elites e visualizar a ascensão de alguma instituição reconhecida pela formação de dirigentes com perfil técnico.

Pretendemos entender se os futuros membros da elite “encontram-se” em alguma universidade, e lá são preparadas para atuarem futuramente como dirigentes. Temos por objetivo, portanto, compreender se os membros da classe dirigente acabaram incorporando um certo *ethos*, aprendendo a se comportar como elite.

Tabela 2- Local de formação dos membros do Gabinete Civil (1930-2002)

	30/45	45/64	64/85	85/02	
UFRJ⁵	9 (31%)	32 (25%)	20 (22,7%)	11 (7,4%)	72 (18,3%)
USP	7 (24,1%)	26 (20,1)	11(12,5%)	24 (16,3%)	68 (17,2%)
UFMG	3 (10,4%)	13 (10,1%)	7(7,9%)	13 (8,8%)	36 (9,1%)
UFPE	2 (6,9%)	17 (13,2%)	3 (3,4%)	3 (2%)	25 (6,3%)
UFRGS	2 (6,9%)	9 (7%)	5 (5,7%)	9 (6,1%)	25 (6,3%)
UFCE	2 (6,9%)	2 (1,5%)	-	5 (3,4%)	9 (2,3%)
UFPR	-	3 (2,3%)	5 (5,7)	5 (3,4%)	13 (3,3%)
UFBA	-	6 (4,6%)	-	8 (5,4%)	14 (3,5%)
EMR⁶	-	8 (6,2%)	23 (26,2%)	2 (1,4%)	33 (8,4%)
PUC-Rio	-	-	-	7 (4,7%)	7 (1,8%)
Outros	3 (10,4%)	11 (8,5%)	12 (13,6%)	52 (35,7%)	79 (20,2%)
Sem Informação	1 (3,4%)	2 (1,5%)	2 (2,3%)	8 (5,4%)	13 (3,3%)
Total	29⁷	129	88	147	394

Fonte: Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB)

⁵ Os formandos das antigas Faculdade de Direito, Medicina e Politécnica, nos mais variados estados, foram incorporados, a fim de facilitar a classificação, nas universidades às quais deram origem. Por exemplo um formando na Faculdade de Direito de São Paulo foi classificado na categoria USP.

⁶ Escola Militar do Realengo. Na Nova República incluímos um ministro formado na AMAN na categoria da extinta escola militar

⁷ Há dois membros com mais de uma formação, por isso o total não coincide com o de letrados. O mesmo ocorre no período do Regime Militar., onde há um membro com mais de uma formação.

A UFRJ se destaca como a instituição que mais cedeu quadros para o gabinete civil. Nos dois primeiros períodos, a era Vargas e o Regime de 46, ela chegou a fornecer 1\3 dos membros do grupo estudado. A Escola Militar do Realengo, a extinta academia de formação dos oficiais do exército, foi a instituição que com mais recorrência apareceu no Regime Militar. Conseqüência óbvia do regime de 64, quando os militares avançaram sobre atribuições tipicamente civis. Mas tal instituição vinha fornecendo dirigentes desde 30. Com o fim da ditadura, a Academia Militar perdeu espaço, e relevância como centro formador. A USP, outro grande centro formador da elite política nacional, foi a primeira na Nova República. Destacam-se ainda como núcleos regionais a UFMG, a UFRGS e a UFPE.

Evidentemente que o Rio de Janeiro, por ter sido a capital federal, acabava atraindo muitos estudantes para suas faculdades. O declínio da UFRJ como pólo de formação dos dirigentes brasileiros coincide com a transferência da capital para Brasília. É fato que novas universidades foram surgindo no país e com tempo elas passaram a ser centros regionais de referência. Pois na Era Vargas, a elite estudou em apenas 7 escolas. Já no período subsequente diminui a concentração nas instituições mais tradicionais, e outras universidades começaram a fornecer quadros para o gabinete civil. Tanto é que na Nova República acabou o predomínio das instituições históricas, havendo uma pulverização da classe dirigente em muitas instituições. Afirmamos, portanto, que não há alguns poucos centros formadores de lideranças no Brasil. Apesar de algumas instituições se destacarem, várias escolas, principalmente a partir dos anos 70, começaram a formar quadros que ascenderam ao gabinete civil. Chama a atenção o número de ministros da PUC-Rio que atuaram na Nova República. Faculdade conhecida pela defesa da ortodoxia econômica, tal instituição não tinha fornecido nenhum quadro para o gabinete civil até redemocratização de 85. Coincide, portanto, com o período de seguidas tentativas de estabilização monetária⁸. É público que muitos quadros dessa instituição foram chamados para o governo, e estiveram à frente de medidas de ajuste fiscal. A ascensão dos quadros dessa instituição está ligada não só a uma conjuntura, mas também ao crescimento de tecnocratas em posições chave do Estado.

A expansão do ensino superior no Brasil levou universidades e faculdades para cidades e estados onde ou o 3º grau não existia, ou era muito débil. Uma conseqüência

⁸ Pedro Malan é um exemplo.

dessa expansão foi a oportunidade de novas populações de terem acesso a esse atributo indispensável para pleitear uma condição de dirigente.

	30/45	45/64	64/85	85/02	
Direito	21(72,5%)	82 (63,6%)	29 (32,9)	63 (42,9%)	195 (49,6%)
Medicina	1(3,4%)	16 (12,4%)	6 (6,8%)	11(7,5%)	34 (8,7%)
Engenharia⁹	2 (6,9%)	13 (10,1%)	16 (18,2%)	24 (16,3%)	55 (14%)
Academia Militar	3 (10,3%)	11 (8,5%)	24 (27,3%)	2 (1,4%)	40 (10,2%)
Economia	x	x	8 (9,1%)	19 (12,9%)	27 (6,8%)
Outros	2 (6,9%)	7 (5,4%)	5 (5,7%)	23 (15,6%)	37 (9,4%)
Sem Informação				5 (3,4%)	5 (1,3%)
Total	29	129	88	147	394

Os Cursos Superiores

Tabela 3 – Curso de Formação dos membros do gabinete civil (1930-2002)

Fonte: Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB)

Agora vamos delinear quais cursos primordialmente formam a elite que estamos estudando. Nosso objetivo é entender se novos cursos foram agregados ao escopo de graduações que em geral molda o futuro membro do gabinete civil. Como já frisamos acima, o que nos leva a considerar esses dados é a possível verificação da ascensão de dirigentes com um perfil mais técnico no seio da classe dirigente.

A formação em direito se destaca. Como já foi amplamente debatido e comprovado empiricamente (Carvalho,1980), há um forte tradição bacharelesca no Brasil. Não surpreende, portanto que os formados em direito constituam a maioria do universo estudado. Entretanto houve modificações ao longo do tempo como bem mostra o quadro acima. O direito já não fornece de modo absoluto os indivíduos que ocupam a alta cúpula federal. Também um declínio de médicos e uma ascensão de engenheiros, economistas e dirigentes formados em outros cursos.

A área economica foi a que mais se desdobrou no período estudado. Do ministério da Fazenda, surgiu o Planejamento. Da pasta do Trabalho, nasceu a Previdência Social e o ministério de Indústria e Comércio. As diversas conjunturas econômicas. A necessidade de planejar as ações governamentais e a multiplicação de órgão e autarquias

⁹ Incluímos nessa categoria todas as engenharias, inclusive a engenharia agrícola.

com a finalidade de regular e coordenar a vida econômica transformaram o curso de economia num dos mais especializados na formação de tecnocratas.

Essa tabela nos mostra que os cursos de engenharia, medicina e direito, perderam o monopólio da formação de dirigentes no Brasil. Reflexo da crescente especialização das funções e órgão do estado, que requerem pessoal com formação cada vez mais específica.

A Ocupação

Com esses dados pretendemos verificar a expertise dos membros do gabinete civil. Notar em que medida, além de sua escolaridade, da faculdade onde estudou e o curso no qual se graduou, o dirigente tenha uma ocupação mais especializada, que lhe proporcione o treinamento necessário para uma intervenção pretensamente técnica.

Tabela 4 – Ocupação dos membros do Gabinete Civil (1930-2002)¹⁰

Jornalista	5 (17,2%)	26 (19,8%)	4 (4,6%)	9 (6%)	44 (11,1%)
Advogado	11 (37,9%)	50 (38,2%)	13 (14,9%)	21 (14%)	95 (23,9%)
Promotor	4 (13,8%)	15 (11,4%)	2 (2,3%)	x	21 (5,3%)
Diplomata	8 (27,6%)	5 (3,8%)	5 (5,7%)	8 (5,3%)	26 (6,5%)
Fazendeiro	1 (3,4%)	4 (3%)	x	7 (4,7%)	12 (3%)
Empresário	3 (10,3%)	18 (13,7%)	11 (12,6%)	18 (12%)	50 (12,6%)
Funcionário Público	3 (10,3%)	18 (13,7%)	12 (13,8%)	25 (16,7%)	58 (14,6%)
Professor Universitário	6 (20,7%)	25 (19,1%)	18 (20,7%)	45 (30%)	94 (23,7%)
Médico	1 (3,4%)	12 (15,3%)	6 (6,7%)	8 (5,3%)	27 (6,8%)
Professor	2 (6,7%)	10 (7,6%)	2 (2,3%)	3 (2%)	17 (4,3%)
Executivo		9 (6,9%)	11(12,6%)	16 (10,7%)	37 (9,3%)
Engenheiro		9 (6,9%)	9 (10,3%)	7 (4,7%)	25 (6,3%)
Magistrado		2 (1,5%)	3 (3,4%)	3 (2%)	8 (2%)
Contador		1 (0,8%)	2 (2,3%)		3 (0,7%)
Comerciante			1 (1,1%)		1 (0,25%)
Bancário			1 (1,1%)		1(0,25%)
Militar	3 (3,4%)	11 (8,4%)	25 (28,7%)	2 (1,3%)	40 (10,1%)
Assistente Social				2 (1,3%)	2 (0,5%)
Economista				4 (2,7%)	4 (1%)
Futebolista				1 (0,7%)	1 (0,25%)
Eletrecista				1 (0,75%)	1 (0,25%)
Sem Informação				8 (5,3%)	8 (2%)
Total	29	131	87	150	397

Fonte: Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB)

¹⁰ Os dirigentes em sua grande maioria tinham mais de uma ocupação. Tentamos captar toda a experiência profissional do membros do universo.

Evidentemente a proporção de advogado se destaca. Tal profissão durante muito tempo foi praticamente à única que propiciava o “treino” necessário para o trato dos negócios públicos. No Era Vargas, a figura do promotor aparece com proeminência, pois também é ligada a prática do direito. Os diplomatas também se destacam no primeiro período. Essas duas profissões ascendem justamente por estarem recobertas pelas estruturas do estado. Como profissões do estado proporcionavam a prática e a destreza necessária nos lide públicos.

As profissões de advogado, diplomata e promotor sofrem forte declínio nos períodos subseqüentes. Há uma pulverização das ocupações entres os membros do gabinete civil. Cresce o número de empresários e executivos, e os professores universitários tornaram-se a maioria do grupo a partir do regime militar. Essa tendência sem dúvida se encaixa na exigibilidade que os processos de racionalização impõem sobre a burocracia. Os professores universitários ascendem, pois são especialistas em sua área de atuação, e o crescimento da especificação das tarefas estatais transforma os docentes, em indivíduos capazes de operacionalizar intervenções técnicas através de determinados órgãos estatais. A própria pulverização das ocupações é uma adaptação do estrado a crescente racionalização e especialização da sociedade.

Também chama a atenção o fato de apenas um membro do gabinete civil ter tido uma ocupação manual, a de eletricista. O gabinete civil também é uma ilha de profissões intelectuais.

A Carreira

A intenção de discutir a carreira dos membros do gabinete civil é justamente a de verificar diferentes padrões de experiência política. Pretendemos comprovar empiricamente que boa parte dos membros do grupo estudado não ocupou cargo eletivo e secretaria em nível municipal e estadual.

Tabela 5 – Cargos Ocupados pelos membros do Gabinete Civil (1930-2002)

	30/45	45/64	64/85	85/02	
Vereador	2 (6,9%)	13 (10,1%)	2 (2,3%)	15 (10%)	32 (8,1%)
Secretário Municipal	1 (3,4%)	3 (2,3%)	1(1,1%)	3 (2%)	8 (2%)
Vice-Prefeito		1 (0,8%)		2 (1,3%)	3 (0,7%)
Prefeito	2 (6,9%)	18 (13,7%)	6 (6,7%)	20 (13,3%)	44 (11,1%)
Deputado Estadual	9 (31%)	31 (23,7%)	9 (10,3%)	28 (18,6%)	77 (19,4%)
Secretário Estadual	13 (44,8%)	32 (24,4%)	18 (20,7%)	43 (28,7%)	106 (26,7%)
Vice-Governador				3 (2%)	3 (0,7%)
Governador	1 (1,4%)	11 (8,4%)	9 (10,3%)	19 (12,7%)	40 (10,1%)
Deputado Federal	13 (44,8%)	68 (51,9%)	18 (20,7%)	54 (36%)	153 (38,5%)
Senador	1 (3,4%)	14 (10,7%)	6 (6,7%)	24 (16%)	45 (11,3%)
Ministro	5 (17,2%)	19 (14,5%)	10 (11,5%)	22 (14,7%)	56 (14,1%)
Vice-Presidente		1 (0,8%)	2 (2,3%)	1(0,75%)	4 (1%)
Presidente		1 (0,8%)			1 (0,25%)
Nenhum	5 (17,2%)	26 (19,8%)	47 (54%)	43 (28,7%)	121 (30,5%)
Total	29	131	87	150	397

Fonte: Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB)

Primeiro, cabem alguns esclarecimentos sobre a confecção dos dados acima. Consideramos a carreira do político até sua entrada no gabinete civil, se porventura ele ocupar mais cargos dentro do grupo estudado, por exemplo ministro e vice-presidente, num mesmo período histórico, ele entra para a categoria ministros. Nós excluímos apenas o cargo máximo ocupado pelo dirigente. Caso ele tenha ocupado cargos no gabinete civil em períodos diferentes, como o presidente Vargas, ou o ministro Osvaldo Aranha, esses dirigentes são encaixados nas categorias presidente e ministro, respectivamente. A carreira trilhada entre a ocupação de um cargo e outro, tendo como referência o gabinete civil, também é levada em conta. Por exemplo, se o indivíduo foi ministro na ditadura e ministro na Nova República, serão levados em conta os cargos ocupada por ele nesse interregno.

Feitas as devidas explicações, vemos que boa parte dos deputados passou pela Câmara e por secretarias nos Estados, especialmente na era Vargas. No Regime de 46 aumenta o número de dirigentes com passagem pela Câmara dos Deputados. Resultado da redemocratização e do presidencialismo de coalizão, pois reiteradamente, como

acontece até hoje, os presidentes recrutam parlamentares para “sedimentar” amplas coalizões de governo.

Chama a atenção o número de dirigentes sem experiência política prévia. São aqueles que foram recrutados em universidades, empresas e no próprio funcionalismo público. O número é especialmente alto durante o regime militar, quando o número de membros da elite com tal característica chega a triplicar. Nesse período, como já salientamos, os militares tentaram despolitizar a máquina estatal, colocando ao lado de lideranças civis dirigentes com perfil eminentemente técnico. Na Nova República, o cargo de deputado federal volta a ser mais recorrente, graças a redemocratização e a consolidação do presidencialismo de coalizão. A expertise na ocupação de secretarias estaduais também é relevante para ser um membro da elite dirigente. Contudo o número de políticos sem uma experiência política prévia continua alto, evidenciando a ascensão de uma elite com um perfil mais técnico.

Tentamos demonstrar como o processo de racionalização modificou o perfil da elite dirigente no país. A burocratização das relações sociais e as profundas mudanças estruturais pelas quais passaram a sociedade brasileira no período em tela sem dúvida se refletiram na trajetória política e social dos membros do gabinete civil.

Bibliografia:

Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro. Campus 1980.

Dahl, Robert. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. New Haven and London. Yale University Press, 1961

O'Donnel, Guillermo. *BA – Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo. Vértice, 1987.

Hagopian, Francês. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. Nova York. Cambridge University Press, 1996

Mills, C. Wright. *A Elite do Poder*. New York. Oxford University Press, 1968.